



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150563 - AL (2021/0225108-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : VELTON VICENTE DIAS FERREIRA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
CORRÉU : LUAN ALBERTO SILVA DE SANTANA
CORRÉU : GILVANIA LUCIA SANTOS DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por VELTON VICENTE DIAS FERREIRA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (HC n. 0803193-27.2021.8.02.0000).

O recorrente foi preso preventivamente em março de 2018 pela suposta prática de delito previsto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal.

Sustenta o constrangimento ilegal devido ao excesso de prazo e à falta de fundamentação idônea da prisão preventiva, porquanto o paciente está preso há 3 anos e 3 meses sem ter sido submetido ao julgamento popular, ainda que não tenham sido demonstrados pressupostos para a decretação da prisão e tampouco da não substituição por medida cautelar diversa.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão do paciente, expedindo-se o pertinente alvará de soltura.

No mérito, pugna pela confirmação da liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. porquanto a apreciação do excesso de prazo da prisão demanda cuidadoso exame dos autos, o que não se mostra adequado neste momento.

Ademais, o tribunal consignou o seguinte (fl. 489):

16 - Destaco que o paciente está sendo acusado de praticar o crime de homicídio qualificado, vez que, supostamente, em concurso de pessoas,

o acusado passou ceifou a vida da vítima, com golpes na cabeça, amarrando pedras nos pés da mesma e jogando o corpo na lagoa, numa tentativa de ocultar o crime, fatos que justificam a manutenção do quadro segregatório do paciente em tela.[...]

18 - Ressalte-se que o andamento do referido processo está em plena conformidade com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, obedecendo os prazos para cumprimento das diligências necessárias, assim como, a eficiência na execução dos atos. 19 — Ademais, o crime que se atribui ao paciente em tela, faz parte do rol de crimes hediondos, devendo ser observado com toda atenção, posto que, confirmando -se a periculosidade do agente, a sociedade precisa ter sua paz resguardada, até o momento da recolocação do paciente à sociedade, devidamente ressocializado.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente